

O GÊNERO CARTA COMO PRINCIPAL MEIO DE COMUNICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA I: as narrativas dos desafios e das alegrias vivenciadas antes do surgimento das redes sociais

Jairo Bezerra Silva¹

Renato da Silva Pereira²

Maria Eduarda da Silva Sousa³

Bruna Pereira Vieira⁴

RESUMO:

Neste artigo, analisamos como o gênero carta foi usado como um dos principais meios de comunicação entre os beneficiários do Programa Bolsa Família I e os órgãos governamentais. Com o uso de uma metodologia qualitativa, através da perspectiva teórica centrada em autores como: Amélia Cohn (2012); Singer (2012); Marcuschi (2000), Bakhtin (2004) e Piancó (2022) nos dispomos a verificar como as cartas eram utilizadas como um dos principais meios de comunicação entre os beneficiários do PBF e o governo, em uma época em que as pessoas não tinham acesso à internet. Para isso, este trabalho se deu através da análise de cartas enviadas ao Presidente Lula durante seu primeiro e segundo mandato como Presidente da República, especificamente, entre os anos de 2003 a 2010.

Palavras-chave: Cartas; Programa Bolsa Família; Beneficiários.

ABSTRACT:

In this article, we analyze how the letter genre was used as one of the main means of communication between beneficiaries of the Bolsa Família I Program and government agencies. Using a qualitative methodology, through a theoretical perspective centered on authors such as: Amélia Cohn (2012); Singer (2012); Marcuschi (2000), Bakhtin (2004) and Piancó (2022) we set out to verify how letters were used as one of the main means of communication between PBF beneficiaries and the government, at a time when people did not have access to the internet. To achieve this, this work was carried out through the analysis of letters sent to President Lula during his first and second terms as President of the Republic, specifically between the years 2003 and 2010.

Keywords: Letters; Bolsa Família Program; Beneficiaries.

INTRODUÇÃO

Sabemos que os programas sociais surgem como estratégias para combater o ciclo da pobreza e da fome no Brasil. Esses são um dos principais meios de acesso à renda para as pessoas mais carentes, as quais, muitas das vezes, não conseguem ter acesso ao trabalho formal. Todavia, entendemos que o

¹ Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, doutor em Sociologia.

² Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, graduado em Letras.

³ Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, graduado em Letras.

⁴ Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, graduado em Letras.

caminho para entrar e permanecer no Programa Bolsa Família, muitas das vezes, é complexo e repleto de pedras, tendo em vista que frequentemente as pessoas se deparam com alguns obstáculos, o que conseqüentemente acaba por acarretar a dificuldade de acesso aos mesmos.

À medida que observamos os desafios perpassados por essas pessoas, verificamos que elas lutam incansavelmente para conseguir seu benefício, fazendo o possível e o impossível para ter esse direito assegurado. Entretanto, quando não conseguem, recorrem a meios de protestos e entram em contato com órgãos públicos, seja através das redes sociais, e-mails ou por outros meios. Porém, antes do surgimento da internet as circunstâncias eram outras, as pessoas frequentemente tinham seus direitos barrados e não sabiam a quem recorrer.

Ao procurar estudar o Programa Bolsa Família e ao adentrarmos em contato com essa temática, nos deparamos com essa provocação a qual construímos nossas principais questões de pesquisa, a saber: como as pessoas se comunicavam e tiravam dúvidas sobre o programa Bolsa Família antes do acesso à internet; como acontecia a comunicação entre as pessoas e os órgãos governamentais? Como as cartas tiveram um papel de grande importância para os beneficiários do programa bolsa família?

Assim, atualmente com o avanço das mídias digitais o processo de comunicação entre indivíduos acabou por se tornar mais acessível e rápido, isso porque mesmo quando as pessoas residem longe umas das outras, com a internet a comunicação e a aproximação se tornou mais fácil. Além disso, as maneiras que os indivíduos podem se expressar, demonstrar insatisfação e protestar por algo que, de determinada forma, provoca revolta à população, tornou-se mais simples, se comparada às maneiras de outrora.

Uma vez que, o surgimento da internet agilizou as interações sociais, tornando-as mais rápidas, as notícias circulam rapidamente e em questão de alguns minutos podem vir a viralizar, alcançando um patamar global. Na “Era Digital” em que coabitamos, as pessoas conseguem se comunicar facilmente, não apenas com pessoas próximas ou de Estados diferentes, mas com pessoas do mundo inteiro, em apenas alguns segundos. Constantemente, verificamos algum tipo de protesto, denúncia ou desabafo que rapidamente toma uma grande proporção nas redes sociais, comovendo grande parte da população.

Nesse viés, observamos que ficou mais fácil interagir socialmente, protestar e ser ouvido, pois a internet facilitou a comunicação entre as pessoas. Ao adentrarmos na temática do Programa Bolsa Família, constatamos que hoje ele tem alguns canais de atendimento para esclarecer eventuais dúvidas relacionadas ao mesmo e ao Cadastro Único, entre eles estão: o sítio da ouvidoria do programa, os e-mails e os telefones para contato. Esse avanço agilizou o acesso e ajudou diversas famílias que antes não sabiam como resolver determinadas

questões e acabavam por não terem seus problemas sanados em seus respectivos municípios. A maioria desses, ao procurar o acesso ao benefício nas casas de assistência, muitas das vezes, eram destratados e ficavam sem saber a quem recorrer.

Esses sujeitos, que não eram ouvidos e não tinham seu acesso ao programa aceito, ficavam desesperados, pois, muitos desses, tinham o PBF como única fonte de renda, e a perda desse provocaria um cenário extremamente difícil diante da realidade dessas pessoas, já que resultaria no aumento das necessidades, em que muitos chegam até mesmo a passar fome. Diante disso, observamos que muitos desses quando não eram atendidos pelos agentes dos programas do seu município, não sabiam a quem recorrer. Assim, ao pesquisarmos, verificamos que as pessoas utilizavam como último recurso, para ter seus direitos sanados, a escrita de cartas destinadas ao presidente à época, nas quais eram relatadas as dúvidas referentes ao programa, pedidos de acesso e as queixas por não ser atendido no seu município.

Com o uso de uma metodologia qualitativa, nos dispomos a realizar uma análise de como as cartas eram utilizadas como principal meio de comunicação entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e o Governo, em uma época na qual a população não tinha acesso à internet. No livro “Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais”, Cohn (2012) discute sobre algumas dessas cartas enviadas ao presidente, nas quais as pessoas pediam para ter seus direitos assegurados. Assim, muitas dessas pessoas relatavam seu desespero para ter seu problema no PBF I resolvido, já que a fome era algo que os desesperava, em um dos relatos a remetente diz: “quem tem fome tem pressa” (Cohn, 2012, p. 78). Essa era a realidade de um Brasil em um tempo não tão distante, o qual nos alerta para problemas sociais que ainda persistem atualmente, como a situação da extrema pobreza, da fome e da desigualdade social.

É nesse contexto, que tomamos como objetivo principal de presente pesquisa, analisar como o gênero carta foi usado como principal meio de comunicação entre os beneficiários do PBF I e os órgãos governamentais. Isso, levando em consideração que essas cartas se constituíam como uma importante ferramenta utilizada para protestos, queixas, pedidos e agradecimentos ao presidente à época. As mesmas, como foi possível analisarmos no livro de Cohn (2012) eram, muitas das vezes, angustiantes e tristes, e as situações de humilhação, fome e pobreza eram as temáticas que mais predominavam nas narrativas desses remetentes.

Especificamente buscamos entender nesse artigo: a) como eram os meios de comunicação utilizados pelas pessoas para protestar, reivindicar direitos e agradecer aos órgãos públicos antes do surgimento da internet? b) como os beneficiários do Programa Bolsa Família recorriam quando não tinham seus

direitos assegurados? c) a quem recorriam quando não sabiam como proceder? Diante disso, verificamos os métodos utilizados pelos beneficiários do PBF I para alcançar seus direitos, atentando que o acesso à internet à época não era acessível no país como é atualmente para as pessoas mais pobres, embora hoje ainda existam dificuldades e nem toda a população tenha de fato acesso aos meios digitais de comunicação.

A CARTA COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO

Os textos estão por toda parte, eles surgem sempre com a intenção de transmitir informações, contar histórias e demonstrar posicionamentos sobre determinados fatos, possuindo, assim, uma função interacional ligada a contextos específicos em que cada situação necessitará de uma estrutura específica. Nesse contexto, surgem os tipos e os gêneros textuais, cada qual com seu objetivo comunicativo e linguístico, pois, segundo a linha de perspectiva de Bakhtin (2004) a linguagem é caracterizada por um processo dialógico que se dá pela necessidade interacional das relações sociais em contextos diversos. Tal concepção está intimamente ligada aos sentidos e aos significados dos gêneros textuais enquanto formas que categorizam nossa comunicação e as estruturas que dela dependem. Essas relações são, por conseguinte, identificadas a partir dos objetivos e dos critérios que definem a finalidade de um gênero textual dentro de determinado contexto.

Nesse viés, o gênero textual carta, de acordo com Marcuschi (2000), abraça um contexto comunicativo, tornando-se um fato social arraigado nas práticas comunicativas e cotidianas, cujo foco central é estabelecer diálogos entre duas ou mais pessoas, seja por meio de uma carta pessoal, entre familiares e amigos, seja por meio de um evento mais formal em que se direciona a uma instituição ou uma autoridade. O remetente, que é aquele que escreve, usa desse gênero para se comunicar e expressar suas emoções, sentimentos, felicidades, saudades e angústias.

Ainda segundo a perspectiva de Marcuschi (2000), os elementos necessários para identificar esse gênero, são: o texto, a saudação, o local de destino, a data e a assinatura do remetente. Entretanto, distingue-se também a presença de diversos outros tipos de cartas, como a carta pessoal, a carta ao leitor e a carta aberta. Sabemos que a classificação desse gênero contribui para o surgimento de outros, pois os gêneros são históricos, variam, desaparecem, reaparecem de outras maneiras e, assim, possibilitam o surgimento de novos gêneros.

Dessa forma, a carta é um gênero discursivo que possui contribuições para além da esfera pessoal, podendo se destacar em um contexto diferente de seu hábito usual. Sendo assim, é válido ressaltar a sua utilização como função social.

Para Piancó (2022), os gêneros textuais configuram um conhecimento acerca do contexto sócio-histórico e das transformações discursivas ao longo do tempo. Isso significa que o funcionamento comunicativo dos gêneros textuais contribui para a evolução e o surgimento de outros. Dessa maneira, o gênero carta, como qualquer outro gênero textual, desempenha um papel importante enquanto função social ao servir como ponte para posicionamentos e questionamentos de cunho socioeconômico.

Embora, hodiernamente, seu uso seja, cada vez mais, substituído por mecanismos tecnológicos, como o Instagram, o Telegram e o WhatsApp. Mesmo assim as cartas continuam a mexer com o imaginário das pessoas, o que vai ao encontro do que foi dito por Piancó (idem). Além disso, Cinthia Dalla (2019) relata que as cartas sempre despertaram sentimentos e emoções maravilhosas nas pessoas. Conforme a autora, as cartas despertam “o melhor das pessoas”, e as aproximam. Podemos verificar esse vislumbre a seguir:

Tenho gravada na memória a dedicação tão linda (até desenho eu fazia!) enquanto eu escrevia as cartinhas para a Xuxa. Eu acreditava de verdade que elas estariam lá naquele monte que ela jogava para cima para pescar a carta da vez. Um misto de expectativa, excitação, esperança e amor. As cartas geram tudo isso e muito mais. Inclusive, ainda sei de cor o endereço da Xuxa: Rua Saturnino de Brito, 74, Jardim Botânico, Rio de Janeiro (Dalla, 2019).

Para Cinthia (idem), as cartas representavam amor e esperança. Para os beneficiários dos programas sociais que destinavam as suas cartas ao presidente Lula, elas significavam esperança e perseverança, a luta pela validação dos seus direitos básicos, como a garantia de uma alimentação diária, da busca pela sobrevivência em meio a uma situação marcada por condições paupérrimas e pela ausência de uma vida digna, pois sabemos que, para esses, o PBF representa uma forma de aliviar as situações de extrema pobreza. Dessa forma, o gênero carta pode ser compreendido, diante desse cenário, como um elo entre os propósitos comunicativos e as necessidades populacionais, constituindo-se como um recurso importante para a comunicação administrativa.

A BUSCA PELO DIREITO AO PROGRAMAS SOCIAIS POR CARTAS PROGRAMAS SOCIAIS COMO FUGA DA SITUAÇÃO DA POBREZA E DA FOME

Durante muito tempo, a situação vivenciada pelos mais vulneráveis esteve invisível para a sociedade, esses tinham que conviver com a situação precária da fome em silêncio, pois essa realidade era corriqueiramente ocultada dos holofotes dos governadores e da sociedade. Sabemos que o Brasil é o país que mais produz

alimentos no mundo, e, mesmo assim, grande parte da população ainda convive com a fome, a qual, durante décadas, foi silenciada pela nação brasileira. Conforme Castro (1948, p. 14) ressalta, “Foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente”.

Nesse sentido, verificamos que muitos brasileiros tiveram de conviver com a insegurança alimentar em silêncio e sem assistência dos órgãos públicos. Muitos desses presenciaram seus filhos e amigos morrerem por enfrentarem situações de extrema pobreza, em um cenário no qual muitos chegavam a não conseguir alimentos, impossibilitando-os de realizarem sequer as três refeições mínimas diárias. A visibilidade dessas realidades ainda é algo recente, pois apenas nas últimas décadas a situação da fome se tornou um tema discutido pela classe política. Reputamos que a falta de alimentos não é a responsável pela fome no Brasil, e sim a desigualdade e o descaso com os direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988, ao excluir dos sujeitos o direito do acesso ao mínimo para a dignidade humana e promover a continuidade dessa segregação social.

Todavia, ao ganhar os enfoques dos holofotes, a fome se tornou um tema para os políticos, os quais começaram a desenvolver e pensar em estratégias para amenizar a situação da fome no nosso país. Os programas sociais, especificamente o PBF, são frutos dessas estratégias governamentais para erradicar a pobreza e a fome no Brasil. Esses têm um papel de suma importância na vida das pessoas mais vulneráveis, as quais não possuem acesso à renda, muitas vezes, por residirem em locais onde não existem oportunidades de emprego formal. Assim, observamos que os programas sociais significam, para esses indivíduos, a principal fonte de renda para sanar a fome de suas famílias, já que, sem eles não teriam como comprar alimentos, remédios, ou até mesmo, itens de higiene básica.

Segundo Cohn (2012), esses programas, especificamente o Bolsa Família, assumem um papel de grande relevância como fonte de renda para aqueles que não têm alternativas de emprego ou de outras formas de acesso à renda. Assim, o benefício social garante o acesso desses ao consumo mensal das necessidades básicas, como o acesso à alimentação, à educação e à saúde. A autora ainda ressalta que, para essas pessoas que não têm acesso à renda e que não têm “nada na vida”, o PBF aparece como garantia de segurança, ela associa isso ao fato de que, quando doentes, sem esse benefício, essas pessoas não possuem condições financeiras para comprar medicamentos. Isso porque esse benefício é usado como ponto de apoio às situações de emergência e de saúde, já que, sem essa

renda, quando estão doentes, esses indivíduos ficariam impossibilitados de comprar medicamentos ou, até mesmo, de realizar exames.

Nesse sentido, verificamos que o PBF possui um papel fundamental na vida desses sujeitos, pois, sem ele, não teriam condições favoráveis para sobreviver, visto que o desemprego e a falta de oportunidades de trabalho formal acabam por desencadear a falta de condições para conseguir sanar suas necessidades básicas e emergenciais. Logo, percebemos que o PBF surge como uma possível medida estatal para solucionar ou tratar a questão da pobreza, do desemprego e das incapacidades de exercer o trabalho, a qual é a realidade, por exemplo, das mulheres que são mães e residem em locais em que não há a disponibilização de creches ou instituições para que os filhos possam ficar durante as jornadas intensas de trabalho, isto é, quando há essa oportunidade.

Todavia, infelizmente essa é a realidade de diversos brasileiros, os quais não têm oportunidades de trabalho remunerado e, assim, não têm acesso à renda, chegando a passar fome e outras necessidades materiais. Esses enfrentam os desafios de viver em situação de miséria, e ainda encontram diversos obstáculos ao tentar ter o mínimo de dignidade, como já pontuamos anteriormente. Desse modo, entendemos que o PBF surge com o objetivo de amenizar a fome e a situação de pobreza em que está inserida a maior parte da população, pois é notória a existência de um desequilíbrio social e econômico entre as classes sociais no Brasil.

Além disso, entendemos que, no século passado, não existiam políticas públicas governamentais voltadas para essas pessoas menos favorecidas socialmente. Sendo só nos anos noventa e no começo dos anos dois mil, que os órgãos públicos começam a pensar em meios e medidas para aliviar a situação de pobreza para os vulneráveis no país. Infelizmente essa realidade ainda persiste atualmente, principalmente para aqueles que não conseguem oportunidades de trabalho e o acesso aos programas sociais. Em síntese, esses benefícios constituem-se como um importante meio para o ingresso à renda dessas pessoas.

BOLSA FAMÍLIA NOS GOVERNOS LULA

Durante séculos a classe social economicamente mais vulnerável enfrenta as consequências da dominação, esses não possuem muitas oportunidades em uma sociedade capitalista, na qual os mais vulneráveis constantemente sofrem diversos tipos de humilhação por dependerem de uma classe dominante, tida como superior, a burguesia. Essas pessoas que convivem com essas situações precárias constantemente têm de lidar com a fome e a falta de tudo que lhe é essencial para ter o mínimo de dignidade, falta-lhes o que comer e o que vestir, e isso são constantes lembretes da realidade da desigualdade de classes.

Com o intuito de amenizar a grande desigualdade social, mediante a qual muitas das pessoas pobres não têm nem a oportunidade de adentrar ao mercado de trabalho formal, e, quando possuem, são explorados pelos patrões, submetidos a trabalhos braçais intensos e mal remunerados, surge a necessidade da criação de uma política pública a qual assegure o direito que a Constituição Federal de 1988 garante – o direito à saúde, à alimentação e à educação. Nesse viés, em vista da urgência para tirar as pessoas da pobreza e da situação precária da fome no Brasil, surgem os programas sociais, garantindo o acesso à alimentação e à renda àqueles que não possuíam essa oportunidade.

Foi nesse viés que, depois de algumas tentativas de Programas de Transferência de Renda Básica de governos anteriores, como a exemplo do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Fome Zero, os quais estavam vinculados a diferentes secretarias, o que dificultava o processo de gestão, que, em 9 de janeiro de 2004, por meio da Lei 10.836, o então Presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva, criou oficialmente o Programa Bolsa Família I, que perdurara até o mês de agosto de 2021, quando foi sancionado o Auxílio Brasil. Porém, em março de 2023, o PBF é recriado por meio da Lei 14.809/24, no terceiro mandato do Presidente Lula.

Como vemos, o PBF I foi instituído logo no primeiro mandato do Presidente Lula, o qual tinha o objetivo de acabar com o ciclo da pobreza. Esse, por meio da renda familiar e das condicionalidades, pretendia garantir a educação aos filhos dos beneficiários e o acompanhamento à saúde. Assim, as crianças deveriam estar com a carteira de vacinação em dia e frequentando a escola, o que traria a essas famílias uma maior proteção social, pois passariam a ter acesso a uma renda fixa mensal. Logo, a origem desse programa ocorreu por meio da junção dos Programas anteriores, buscando melhorar a gestão e diminuir os gastos.

De acordo com o Decreto n.º 5.209 de 17 de setembro de 2004 que regulamenta a Lei nº 10.836 e cria a primeira versão do Programa Bolsa Família, cujas principais finalidades são: “Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; combater a pobreza; e promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público”. Nesse sentido, constatamos que o Programa pretendia proporcionar alívio às situações de pobreza e garantir o exercício dos direitos sociais básicos para as famílias mais carentes, como o acesso à educação e à saúde.

Assim, os benefícios sociais emergem como meios para o enfrentamento do círculo da reprodução da pobreza no Brasil, com o objetivo de assegurar o mínimo de dignidade para as pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Desse modo, observamos que esses se constituem como um alívio para as pessoas que não possuem acesso ao trabalho remunerado e à renda. É nesse cenário e mediante a criação desse programa que o presidente Lula passou a ser reconhecido como “o presidente dos pobres”, pois essa classe se encheu de gratidão devido à visibilidade que lhes foi dada em sua gestão governamental a essas classes mais vulneráveis.

Além disso, muitos chegam a afirmar que essa empatia se justifica pela própria realidade vivida pelo mesmo, pois ele vivia em condições financeiras semelhantes durante sua infância e juventude, conhecendo mediante suas próprias experiências de vida o que realmente seria enfrentar necessidades básicas. Nesse sentido, observamos que Lula passou a ser “querido” pela maioria dos beneficiários dos programas sociais, os quais não economizam palavras para o agradecer por olhar para as situações vivenciadas pela sua classe social. Segundo Singer (2012) um fato emblemático nesse cenário é a reconfiguração do voto na região nordeste, anteriormente direcionada ao Lulismo, ser atrelado aos partidos de direita: PFL (Hoje, União Brasil) e PSDB.

3.2 cartas ao presidente dos pobres

Atualmente é frequente vermos publicações nas redes sociais falando bem e mal do Programa Bolsa Família e do seu criador, o presidente Lula, hoje, em 2024, no seu terceiro mandato como presidente da república, sendo amado e odiado. Mas, de acordo com o IBGE (2023), o mesmo recebeu mais de 75% dos votos dos beneficiários do Auxílio Brasil, mostrando ser ainda o mais querido pelos beneficiários dos programas sociais. Atualmente as notícias e informações sobre os programas sociais circulam rapidamente pela internet, assim, ficou ainda mais fácil criticar ou elogiar os presidentes e os seus projetos.

Esse fenômeno era diferente no ano de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse pela primeira vez como presidente da república, período no qual a população não tinha ainda a facilidade de acessar a internet. Por isso, as informações circulavam lentamente, por meio exclusivo dos jornais e da televisão. Deste modo, quando as pessoas queriam se comunicar com uma pessoa distante recorriam ao meio de comunicação mais comum à época, a carta. Por isso, quando as pessoas queriam reivindicar seus direitos, como o fato de não conseguir o acesso ao PBF I, escreviam cartas ao presidente.

Porém, evidenciamos que atualmente isso mudou, isso porque, a maioria da população hoje já possui acesso à internet e as ferramentas que ela disponibiliza; além disso, já se possui o sítio da ouvidoria, e-mails e telefones para que os cidadãos possam esclarecer suas dúvidas quanto ao benefício. Consequentemente, isso facilitou o acesso à informação e ao programa, pois antes muitas pessoas não eram atendidas em seu município e não sabiam como proceder e acabavam não tendo seu problema resolvido.

Cohn (2012) traz, no livro *Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais*, aspectos, como: o fato de não poder trabalhar por estar doente, não ter acesso a oportunidades de emprego. Vemos relatos de pessoas que depois de tentarem todas as maneiras possíveis para solucionar seus problemas e não terem sucesso, recorrem por meio de cartas ao presidente à época. Eles começam a procurar o acesso pelo nível local, se direcionando até a secretaria, à prefeitura, ao CRAS, à casa da família, em seus respectivos municípios de residência, e só depois de várias tentativas sem sucesso recorrem a escrever ao presidente como última saída. Além do mais podemos observar isso no trecho a seguir de Cohn (2012, p. 123):

Escrevo esta carta para lhe comunicar que já havia feito o cadastro, mas não enviaram os dados do cadastro para vocês. Ao receber o comunicado fiz novamente o recadastramento, gostaria de que verificasse se foi repassado à vocês, pois ninguém pode confiar neles (Cohn, 2012, p. 123).

Nessa carta, observamos que os agentes das casas de assistência social do município, muitas vezes, falham em assegurar certa segurança aos beneficiários. Essas pessoas à época do PBF I, muitas das vezes, não sabiam em quem confiar e nem como proceder para ter seu direito assegurado, pois essas não tinham a facilidade de hoje em se comunicar com a ouvidoria e de pesquisar na internet, por isso se comunicavam ao presidente quando tinham dúvidas ou quando não tinham seu acesso ao programa liberado.

Em muitas dessas cartas, percebe-se uma excessiva confiança no presidente Lula, isso porque esse implementou o programa em seu governo, por isso os beneficiários nutriam um sentimento de gratidão. Nessas cartas ele é tratado como o “presidente dos pobres”, segundo os beneficiários, Lula é aquele que olha para os pobres. Pois esse já viveu a experiência da vida na pobreza, então saberia como um pobre passa necessidades, e por isso ajuda-os e tem um olhar voltado para essa classe social. Nas cartas as pessoas solicitam a resolução de questões do seu acesso aos programas sociais, protestam e denunciam supostas fraudes no cadastro do programa em seu município.

Além disso, verificamos que esses textos nos mostram que não se consolida o fato de que os indivíduos que recebem o PBF seriam pessoas acomodadas, ou preguiçosas. Pois os relatos deixam evidente que essas pessoas não trabalham porque não tem oportunidades de trabalho formal. Isso se comprova nas cartas, as quais sempre vêm acompanhadas da explicação de que onde essas pessoas residem não há alternativas de trabalho ou de acesso a renda de uma maneira sustentada, como podemos observar em alguns trechos das

cartas expostas no livro de Cohn (2012, p. 159), como: “eles não têm nenhum emprego porque o lugar não oferece emprego devido ao tamanho”.

Para nós e de acordo com a literatura em pauta, os beneficiários dos programas sociais não são acomodados, mas faltam-lhes oportunidades de emprego e acesso à renda para que essas tenham maior dignidade social e possam ter um alívio em sua situação de pobreza. Com base em Cohn (2012), percebemos que o PBF é considerado como sendo um “quase direito”, pelo fato de não garantir a permanência, pois o beneficiário pode ter o seu acesso ao benefício bloqueado ou cancelado se não se enquadrar aos critérios e não seguir as condicionalidades exigidas.

Dessarte, a inconstância de garantia faz com que muitas dessas pessoas convivam com a sensação de insegurança, a qual os leva ao desespero quando o benefício cortado. É essa insegurança, o medo de ter sua fonte de renda para alimentar a família tirada e a sensação de ter seu direito tomado que faz os beneficiários se revoltarem e procurarem manifestar sua indignação, seja através das redes sociais, em conversas informais ou por meio das cartas. Esses tentam de todas as maneiras possíveis ter o seu acesso ao benefício, quando não conseguem, tentam entrar em contato com o governo, mas nunca perdem a esperança.

NARRATIVAS DAS ALEGRIAS E DESAFIOS DOS BENEFICIÁRIOS PBF I

Desde o primeiro mandato como presidente da república que Luiz Inácio Lula da Silva tem recebido muitas cartas de todo o Brasil, com mensagens de agradecimento pelas políticas públicas, denúncias e pedidos para ter o Bolsa Família aceito. Encontramos através de pesquisas algumas dessas cartas, que foram endereçadas ao mesmo, muitas desses presentes no livro Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais, da socióloga Amélia Cohn (2012) e outras disponibilizadas pelo sítio do PT (2018). Essas têm como remetentes os mais diferentes perfis, são: crianças, idosos e beneficiários do Programa Bolsa Família que escrevem para o presidente com a esperança de obter resposta e de ter seus problemas solucionados.

As pessoas antes do surgimento da internet para se comunicar e tirar dúvidas sobre o PBF tinham que se deslocar para os locais de assistência social do seu município, essas muitas vezes eram destratadas e não tinham suas dúvidas e problemas sanados. Daí, como última alternativa, escreviam cartas ao presidente, sem nenhuma certeza de que seriam respondidos ou de ter suas dúvidas e problemas solucionados. Esses enviavam essas cartas com o objetivo de ganhar espaço e voz, para que assim fossem ouvidas e ter suas demandas e direitos assegurados.

Essas cartas tiveram um papel de grande importância para muitos dos beneficiários do Programa Bolsa Família, pois muitos tiveram suas cartas respondidas e seus problemas solucionados, mesmo que tenha sido a assessoria do presidente que tenha respondido. Na maioria desses relatos, vemos pessoas que após terem tentado todas as maneiras possíveis para resolver suas demandas com o programa, recorrem à escrita, como verificamos nesse trecho de uma carta no livro de Cohn (2012, p. 96) “[...] escrevo esta carta para lhe pedir por favor que mim ajude. Fiquei triste pois cortaram meu cartão da BF...”. Aqui verificamos como os beneficiários do benefício são persistentes na busca pelos seus direitos.

Cohn (2012) através dessas cartas ressalta alguns dos dilemas enfrentados pelos beneficiários do Programa Bolsa Família I no instante desses irem em busca de acolhimento e resolução de problemas nos locais de assistência social. Nas cartas enviadas ao presidente Lula, em um desses relatos, um dos beneficiários ressalta: “pensei que ia encontrar um funcionário, mas encontrei foi um cavalo”. Nesse sentido, percebemos que os beneficiários muitas das vezes eram desrespeitados e não tinham seus direitos assegurados.

Destaca-se nessas cartas o pedido de ajuda ao presidente Lula, para conseguir ultrapassar os obstáculos do acesso ao programa, ou mesmo para pedir alguma ajuda financeira ou um emprego, como podemos ver no trecho a seguir: “senhor presidente uma ajuda ela acaba, o que necessito é de um emprego que garanta minha vida” (Cohn, 2012, p. 59). Isso nos comprova que essas pessoas escreviam por não saber a quem recorrer e como proceder quando não tinham seus direitos assegurados, esses ficavam desesperados, sem saber que medidas tomar para ter seu benefício aprovado e como trazer comida para a mesa.

Além disso, a busca por ajuda financeira muitas vezes vem vinculada à procura por oportunidades para o acesso a uma fonte de renda, seja para comprar um terreno ou vender roupas, já que o lugar que essas pessoas residem não tem oportunidades de emprego formal. Em muitos casos, observamos que o benefício é visto como alternativa para a falta de trabalho, que essas famílias mais vulneráveis enfrentam. Além do mais, isso nos mostra que essas pessoas não são vistas pelo poder público, o que pode ser reforçado com esse trecho de uma das cartas do livro de Cohn (2012, p. 166)

E nós são seis pessoas ao todo, quatro estudam, não tem emprego, não temos renda, passamos até fome, e o ministério não nos contempla, isso não é o Brasil de todos que o presidente diz?... o porquê nós não temos direito, ficam jogando da prefeitura, para o MDS, e ninguém sabe a quem de direito. Não temos emprego, não temos contas no exterior não somos políticos de nenhuma categoria e porque não temos direito?

façam valer o direito de uma família pobre que realmente precisa, pois somos sem sorte, e ninguém não nos vê, somos alguns dos milhares de desempregados do Brasil...(Cohn 2012, p. 166).

Verificamos nesse trecho da carta, que essas pessoas são simples, mas que reconhecem seus direitos e lutam por eles. Essa remetente da carta em tela afirma que ao procurar assistência para ter o acesso ao benefício assegurado não encontra assistência em seus municípios, que diz que o problema é no MDS, a mesma diz que não sabe a quem recorrer, pois na época não existiam meios de comunicação para tirar dúvidas desses beneficiários, por isso ela escreve uma carta ao presidente para tentar ter seu problema resolvido, e para assim, ter seu PBF aprovado e passar a ter uma vida mais digna. Sabemos que no primeiro mandato do governo Lula houve desafios, mas a população mais vulnerável teve um alívio considerado, com a criação do programa Bolsa Família as pessoas passaram a ter uma estabilidade mensal de acesso à renda fixa, como podemos verificar no relato de Dener divulgado pelo BBC (2023):

O Bolsa Família deu para a nossa família, naquele tempo, uma estabilidade, pelo menos para o básico do básico. Não salvava o mundo, obviamente, mas você sabia que tinha aquilo ali, que você ia receber e ir mantendo as coisas girando", diz o filho de beneficiários.

Nesse viés, observamos que o PBF trouxe mais dignidade para os seus beneficiários, já que sem ele, as pessoas mais carentes socialmente não tinham como ter acesso a uma realidade sem tantas necessidades básicas. Foi então, esse programa que trouxe melhores oportunidades para as gerações futuras, aqueles que antes da criação do benefício não teriam nenhuma chance de sair da pobreza, e com ele passaram a ter mais esperança, além disto, muitos através dos esforços dos seus pais hoje são médicos, professores e engenheiros. É por isso que até hoje o criador desse programa é querido não apenas pela população mais pobre, mas também por todos os que entendem a importância da criação de uma Transferência de Renda Básica. Verificamos isso no trecho da carta da professora e escritora Luciana Hidalgo ao presidente Lula divulgada pelo PT (2018):

Portanto, saiba, querido presidente, que não só o povo beneficiado pelos seus programas sociais está ao seu lado. Somos muitos escritores, artistas, professores de escolas e universidades, pessoas premiadas, com títulos, das mais diversas profissões. Justamente por termos lido tanto (livros, não apenas jornais e revistas), viajado, justamente porque

conhecemos o Brasil profundo, entendemos a grandeza do que o senhor fez. Nós também somos esse povo.

Nesse contexto, percebemos que as cartas tinham e ainda têm até hoje um papel fundamental na comunicação entre as pessoas e os governantes. Essa carta da professora nos mostra um exemplo das tantas cartas demonstrando gratidão destinadas ao presidente Lula, seja ela por meio de cartas abertas publicadas nas redes sociais ou cartas escritas à mão. Sabemos que essas continuam a encantar o imaginário da população brasileira.

CONCLUSÕES

Sabemos que os programas sociais são um importante meio para o acesso à renda das pessoas que não possuem oportunidade de trabalho formal e que precisam dessa ajuda para suprir as suas necessidades básicas. Porém, desde o seu surgimento que os beneficiários encontram obstáculos para o acesso. Esses, na maioria das vezes, enfrentam situações de desrespeito nos centros de assistência ao programa em seus municípios e não tem sua admissão aceita ao benefício.

Atualmente, quando isso acontece, muitas dessas pessoas protestam e recorrem às instâncias superiores para reclamar na tentativa de que seus direitos sejam assegurados, seja através dos canais de contato da ouvidoria do programa ou pelas redes sociais. Entretanto, antes do surgimento da internet essas pessoas recorriam a outros meios para expressar sua revolta e denunciar essas situações, pois não tinha canais de assistência e nem fiscalizações, e apenas os municípios ficavam responsáveis por administrar as atualizações e cadastros desses beneficiários do Programa Bolsa Família. Aqui o gênero carta ganha sua importância para esses indivíduos, os quais escreviam ao presidente Lula narrando suas situações.

As cartas, durante muito tempo, foram um dos meios de comunicação mais utilizados, as pessoas sempre recorriam a estas quando precisavam se comunicar com parentes ou autoridades. Presentemente, esse gênero vem perdendo seu espaço em decorrência do surgimento da internet e dos meios de comunicação que nasceram com essa, a exemplo do e-mail, do Telegram e do WhatsApp. Entretanto, as cartas continuam a encantar multidões, pois essas tiveram um papel importante na vida de diversos indivíduos, como é o caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família I, os quais se valiam a elas quando não sabiam como proceder na busca pelo acesso a esse benefício social.

Portanto, podemos ressaltar que as cartas deram voz para aqueles que não eram ouvidos, pessoas que eram destratas e não tinham o seu acesso ao PBF assegurado, e, por meio da escrita, essas pessoas reivindicavam ao presidente os seus direitos. Assim, ao observarmos as narrativas relatadas por esses

beneficiários, verificamos que esses são cidadãos que buscam dignidade e que, no cenário em que se encontravam, para esses, faltavam muitas coisas, no que se refere à alimentação, moradia e emprego, sobretudo, não lhes faltava a esperança, pois esses nunca perdiam a fé de que um dia teriam uma melhor condição de vida.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Bolsa Família, 20 anos: meus pais foram beneficiários, hoje sou engenheiro de software. **BBC News Brasil**, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2kd3vrvp8o>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Bolsa Família: a trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. **Agência Gov.**, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/bolsa-familia-a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. Condicionalidades do Programa Bolsa Família – a importância do acompanhamento para a promoção dos direitos. **MDS**, 2023. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Informes/2023/Informe_Bolsa_Familia_N_3.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Planalto GOV, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.209%20DE%2017%20DE%20SETEMBRO%20DE%202004.&text=Regulamenta%20a%20Lei%20no,Fam%C3%ADlia%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 13 abr. 2024.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: a fome no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948.

COHN, Amélia. **Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais**. Pensamento Brasileiro, Rio de Janeiro, 2012.

MARCUSCHI, L. A (2000). **Gêneros Textuais: o que são e como se classificam?** Recife, UFPE. Janeiro, 2000.

PIANCÓ, Emanuelle Maria da Silva. Postagens políticas no Instagram: um estudo a partir da noção de propósito comunicativo. **Leitura**, [S. l.], n. 72, p. 95–105, 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/13398>. Acesso em: 1 jul. 2022.

PT. Cartas a Lula: histórias de agradecimentos e solidariedade. **PT**, 2018. Disponível em: <https://pt.org.br/cartas-a-lula-historias-de-agradecimento-e-solidariedade/>. Acesso em: 13 de março de 2024

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALLE, C. Escreva cartas no século XXI. **Medium**, 2019. Disponível em:
<https://cinthiadallavalle.medium.com/escreva-cartas-no-s%C3%A9culo-xxi-ffba5bf7927f>. Acesso em: 20 abr. 2024.